|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Justiça**  | **Social** | **Direitos** | **Humanos** |
| Estado |  | Ideal |  |
|  | Identidade |  | Espécie |
| Prática |  | Teórica |  |
|  | Relativa |  | Absoluta |
| Sentimento |  | Razão |  |
|  | Conjuntural |  | Essencial |

|  |  |
| --- | --- |
| **Justiça Social** | **Direitos Humanos** |
| Assunto interno à nação e ao Estado | Assunto externo à nação e ao Estado |
| Economia sofisticada | Economia básica |
| Possibilidade de realização relativa | Insatisfação permanente |
| Depende da organização institucional | Depende da moral |
| Depende da política | Depende de tribunais internacionais |

Emoções e **Elias e Scheff**

|  |  |
| --- | --- |
| Medo | Excitação  |
| Vergonha | Repugnância  |

Níveis (1º, 2º e 3º)

|  |  |
| --- | --- |
| Integração (**Parsons**) | Socialização  |
| DIZER | FAZER |
| Lutar por níveis de *prestígio* previamente existentes, herdados, normalizados, racionais | Individuação: atingir nível de actividade bio-programado como se fosse espontâneo (“boas maneiras”) regulado pela competência (*beruf*) |

**Crítica da sociedade asséptica** - A perversidade não existe? Não persiste? Não resiste?

“Ética artificial e moral do Estado” de APD

Quadro 1. Organizar o sistema AGIL dentro da tipologia de níveis sociais

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Economia** | **Política** | **Sociedade** | **Cultura** |
| **Nível de cima** | Sistema-mundo | Cibernética | Inteligência social | Espiritualidade |
| **Nível do meio** | Mercado | Instituições | Burocracia | Profissões |
| **Nível de baixo** | Quotidiano | Tecno-estrutura | Família | Bem-estar |

Quadro 2. Da tipologia de níveis sociais ao processo moderno de institucionalização

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Doenças**  | **Religião**  | **Crimes**  | **Ignorância**  | **Competência** |
| **Nível de cima** | Contaminação | Fé | Estranheza (pobreza) | Ciência  | Profissionalismo  |
| **Nível do meio** | Quarentenas  | Convento  | Penitenciária  | Escola  | Disciplina  |
| **Nível de baixo** | Contágios  | Hábito  | Delinquência  | Senso comum  | Ética  |

Trata-se de criar ambientes artificiais, criados pelo Homem, à semelhança de Deus, isto é descontaminados como as *cidades* (secos os pântanos e domesticados os bosques em jardins), zonas residenciais (ideia norte-americana entre o condomínio fechado sul-americano e o clube de campo inglês, para ajudar o desenvolvimento do automóvel) ou as *casas modernas individuadas* para evitar contágios (de estranhos, entre os quais os próprios familiares fora do núcleo familiar)

Nos anos 60, os jovens revoltaram-se contra isto, desenvolvendo comunidades nómadas, uma relação positiva com a natureza e as outras pessoas (*make love not war*), denunciando o totalitarismo da burocracia (comunista ou capitalista). A sua intervenção política foi sobretudo cultural. Falhou no campo social, já que não impediu a continuação do individualismo, que de facto aumentou a partir de aí. Falhou no campo económico, onde as redes de computadores se tornaram uma super burocracia financeira e securitária. Falhou no campo político, onde a diversidade espontânea da diferença foi recuperada através de políticas crescentes de estigmatização anti-liberal (Sennet), centradas na guerra contra a droga e no encarceramento em massa.

No início do século a diversidade de movimentos sociais organizados em torno de ONG´s (FSM) notaram como a política estava ocupada por partidos adversários das motivações essenciais da revolução da diversidade cultural e identitária. E como o campo da política se interpunha burocraticamente entre os seus desejos de um mundo melhor (o outro mundo possível) e os administradores do mundo (representado pelo FEM de Davos). Nomeadamente notaram como a discriminação continuava a vitimar o Sul e a excluir tal gente da protecção dos valores universais alegados pela civilização ocidental.

As instituições estabelecidas no pós-guerra foram construídas em função dos princípios de defesa da civilização ocidental capitalista contra o perigo soviético, de auto-determinação dos povos colonizados e de paz entre aliados ocidentais. A coesão social era um factor determinante da legitimidade política, institucionalizada através de regimes de concertação social baseada no crescimento económico. A pós-modernidade neo-liberal, forma política de expansão da gestão de tipo capitalista a todas as esferas da vida, sobretudo legitimada como forma de desmontagem da burocracia, manteve formalmente as instituições mas transformou-as por dentro, criando uma nova semântica criativa como forma de subverter em função de interesses muito particulares os desígnios instituídos. É o que se costuma dizer, a diluição dos valores, incluindo a democracia, o que justifica a reclamação de uma *democracia verdadeira* actualmente nas ruas, bem como a denúncia das elites globais destacadas dos *99%* por privilégios e liberdades que precisamente negam a todos os demais cidadãos, mesmo nos países do centro.

Quadro 3. Comentário a “A perpétua vontade de justiça” de Pierre Guibentif <http://gsjhr.ms.ds.iscte.pt/textos/2011_Guibentif_in_CAIS_Fraternidade.pdf>

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Tipo de Organização,****Identidade** | **Justiça****entre desiguais** | **Valores****universais** |
| Nível I – O que devia ser | Humanidade  | Moral (neg – Justiça Social – e pos – DH) | Dignidade (respeito) e transparência |
| Nível II – o que pode ser | Sociedade  | Cumulativa (fora) e distributiva (dentro) | Igualdade e fraternidade |
| Nível III – o que de facto é | Individuação  | Geral  | Liberdade |

À diversidade entre as pessoas concretas há que contrapor a semelhança geral das pessoas entre si, por contraste com as outras espécies de vida.

Ao desenvolvimento de formas cada vez mais complexas de relações sociais, a ponto de as aspirarmos globais, como a humanidade, correspondem mais os desejos e as normas do que as sociedades e as instituições.

Estas últimas como que ficam agarradas às contingências da vida material que teima em escapar do controlo moral. A ganância, por exemplo, é segregada não apenas por instituições financeiras isoladas do mundo económico mas também pelos interesses políticos que impedem a vigência da moralidade, quando é evidente para todos tanto a necessidade de regulação como a incapacidade dos reguladores actuarem moralmente.

A Nação foi a expressão da vontade moderna de imprimir um rumo justo para cima e para baixo, para dentro e para fora, em termos público mais do que em termos privados. A Nação foi a representação filosófica e política do povo, isto é da acção social auto-determinada pela exaltação doutrinada contra a desigualdade (social) e pela liberdade (económica). A sociedade foi o que cristalizou dessa luta de classes que destruiu a sociedade de ordens e fez emergir o capitalismo.

Cristalizou uma Nação representada por órgãos de soberania do Estado, mais ou menos legitimados (triângulo de bico para o ar) e uma sociedade capaz de encaminhar os indivíduos para formas de desenvolvimento pessoal viável (triângulo de bico para baixo).

Quando as sociedades de referência (do centro) entram em colapso, por falta de legitimidade das instituições e por falta de perspectivas dos indivíduos, quando o Sul se instala no Norte e ameaça as sociedades, novas referências morais e institucionais se tornam necessárias – ex: primavera árabe, indignados.

É preciso combater as injustiças locais (adequar as possibilidades e as necessidades aos recursos distribuídos) e afirmar perspectivas morais, é preciso justiça social (Estado e solidariedade) e direitos humanos (humanidade e dignidade+respeito), independentemente dos interesses (dominantes) e dos constrangimentos (ecológicos e sociais, isto é institucionais e construídos).

A sociedade precisa de se aliar à moral para se tornar actor social, cujos contornos, expressões e formas só serão reconhecidas após terem existido e, provavelmente, tido efeitos práticos transformadores das pessoas e das suas mundi-vivências. Tal como no Renascimento, quando as fronteiras disciplinares esbatem-se, quando as ciências se misturam, quando as classes também o fazem, é sinal de um mundo novo.

Quando a consciência colectiva vacila, profunda mudança está em curso, cuja realização demora muito tempo, tipo Idade Moderna ou Idade Contemporânea. À procura de instituições capazes de normalizarem as novas identidades sociais, interpretes possíveis do novo tipo de moral social.

**Justiça Social e Direitos Humanos**

A primeira expressão refere-se seja à ordem social moderna, por comparação à ordem social tradicional, a que tal expressão não faria sentido, seja ao poder de estabelecer essa ordem – o Estado-Nação cuja legitimidade política depende do apoio popular -, seja ainda às formas vernáculas e localistas de ultrapassar os problemas, eventualmente mobilizando o apelo/contestação às instituições como forma de trocar ajuda por legitimidade.

Na verdade, a unificação nacional como representação de um povo singular, incluindo classes excluídas e classes dominantes, fez-se através da multiplicação de instituições de Estado, incluindo os mercados mais ou menos regulados, e, portanto, da abertura e expansão de um nível intermédio e artificial de realidade (burocrática, *iron cage*) que apartou os níveis superiores de existência do controlo individual (do cuidado de si) bem como os níveis inferiores e vernáculos (os nascimentos e as mortes, com as doenças pelo meio). As escolas e os hospitais, assim como toda a panóplia de instituições sociais modernas representam e produzem a expansão dos níveis de realidade racionais, isto é auto-referenciados e intermédios. Embora o embrutecimento por via do trabalho repetitivo não seja dominante nas sociedades europeias actuais, a estupidificação pelo trabalho disciplinado é tão temível e mais generalizado.

O exemplo mais alargado é o efeito dos *media* na opinião pública e nas pessoas individualmente consideradas. E quanto mais tempo livre tiverem mais efeito os media terão, já que a disciplina crítica já nem nas universidades se cultiva.

Outro exemplo igualmente global e de efeitos devastadores é o alheamento dos órgãos de soberania judiciais do controlo das actuações dos Estados, a partir de uma divisão de trabalho que aumenta as possibilidades de corrupção enquanto as competências jurídicas se tornam incapazes de perseguir os criminosos, entretidos com a guerra contra a droga ou contra o terrorismo, à custa dos direitos e liberdades de que os juízes cada vez menos são garantes (ver caso Garçon).

Por seu lado, o campo dos Direitos Humanos tornou-se um espaço de intervenção política internacional, centrado na ONU e no sistema de ONG especializadas seja nas relações entre o nível I e o nível III, ultrapassando precisamente o nível II. Por isso, os direitos humanos caracterizam-se seja por declarações inócuas, mesmo quando acertadas e contundentes; seja por lutas de alto risco levadas a cabo por activistas isolados, por vezes arriscando a vida, muitas vezes recolhidos pelo prestigiado campo dos direitos humanos vindos de activismos específicos, como contra os maus-tratos de pessoas, contra a apropriação ilegal de recursos comuns, contra ditaduras, pelos direitos à dignidade humana de minorias étnicas, sexuais ou de género, etc.

Na verdade, a apropriação dos direitos humanos pelos níveis intermédios, pelas burocracias, fez aumentar tanto o volume e a vacuidade das declarações inócuas quanto abriu espaço a mais intervenção vernácula, cujo sacrifício se torna mais real que anteriormente, na medida em que há mais activistas a divulgarem escândalos cujas consequências podem ser importantes no derrube de ditaduras (ver Timor-Leste e o fim do regime ditatorial indonésio, a libertação de Mandela e o fim do apartheid) e na promoção dos valores universais de igualdade entre os povos e não discriminação, por exemplo.